



AS DIMENSÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS E SUAS REPERCUSSÕES NA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Victoria Lino Francisco¹
Profa. A Dra. Sâmia Nagib Maluf²

RESUMO

As dimensões orçamentárias e financeiras e suas repercussões na execução do planejamento das universidades federais estão relacionadas com o processo de arrecadação de receitas e previsão de despesas, refletindo suas prioridades para garantir a utilização dos recursos de forma eficiente segundo objetivos e metas estabelecidas. O objetivo deste trabalho é compreender como a dimensão orçamentária e financeira influencia na execução do planejamento institucional através da definição de metas claras, alinhamento com prioridades institucionais e a avaliação do desempenho, para contribuir de forma eficiente na resolução das demandas do ensino, pesquisa, extensão e nas atividades administrativas. Ressalta-se que a Constituição Federal de 1988 implementou mudanças significativas buscando uma maior integração entre o planejamento orçamentário com execução financeira, delimitadas entre Plano Plurianual (PPA), as Leis das Diretrizes Orçamentária (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Essas mudanças nos processos de elaboração, podem trazer benefícios principalmente nas propostas do orçamento por parte do Poder Legislativo brasileiro. O estudo enquadra-se como qualitativo, descritivo e utilizou a pesquisa bibliográfica e análise documental de relatórios financeiros para a sua realização. Os resultados sugerem que, apesar da estrutura formal de planejamento e mecanismos de transparência, a execução financeira enfrenta limitações que advém de restrições orçamentárias e burocráticas, afetando políticas educacionais de ensino, pesquisa e extensão. Em termos de impacto positivo, a literatura aponta primeiramente que a realização de metas permite o investimento em infraestrutura, pessoal qualificado e novas tecnologias. Em segundo lugar, a otimização dos recursos, garantindo a gestão eficiente dos recursos evitando desperdícios. E em terceiro, a sustentabilidade mantendo a sua qualidade e competitividade. No que se refere aos impactos negativos, inicialmente ressalta-se o compromisso com a qualidade, dado que a falta de orçamento e recursos financeiros adequados pode forçar a universidade a cortar despesas, comprometendo a qualidade do ensino, a pesquisa e a extensão. Em seguida, a restrição à inovação e que na ausência de fundos pode impedir a implementação de projetos inodoros, a aquisição de equipamentos modernos e o desenvolvimento de novas áreas de atuação. Por fim, a desmotivação e perda de talentos, em que pela instabilidade financeira e a dificuldade em realizar as atividades propostas podem desmotivar funcionários e estudantes, levando à perda de talentos para outras instituições. Desta forma, pode-se concluir que a dimensão orçamentária e financeira são fundamentais para o equilíbrio do que se deseja arrecadar e gastar no exercício dos recursos financeiros para sustentabilidade dos projetos estratégicos assegurando o cumprimento das metas acadêmicas e sociais. Referências: SECCHI, Leonardo et al. Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artº 165. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao-federal.asp>.

Palavras-chave: planejamento; dimensão orçamentária e financeira; execução financeira; universidades federais.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Ciências Sociais Aplicadas, Discente, victoria1111.francisco@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Ciências Sociais Aplicadas, Docente, samia@unilab.edu.br²